

# Visão positiva fora do Brasil

No cenário de incertezas que se ampliou no Brasil, com respeito aos rumos da economia, desde o início da crise asiática, que por sua vez obrigou o governo a alterações não previstas nas suas estratégias de política econômica interna, foi importante o relato que recebemos de nossa correspondente em Washington, Maria Helena Tachinardi, e que divulgamos na última sexta-feira.

Para surpresa de muitos analistas e empresários brasileiros que tentam fazer prognósticos para o ano de 1998, ela nos informa que grandes corporações norte-americanas com investimentos no Brasil não prevêem desvalorização do real e nem mesmo, essa a novidade, recessão econômica.

Mais que isso, entre as principais empresas americanas que operam no Brasil existe o consenso de que os negócios que aqui desenvolvem vão ter um crescimento superior ao do Produto Interno Bruto (PIB), cujo aumento elas estimam que deverá ser de 2% a 4%, no mínimo, e de 4% a 6%, no máximo, ao contrário de muitos observadores nacionais, que calculam crescimento de 1% do PIB ou até nenhum crescimento. Na verdade, apenas uma empresa acredita que terá queda de faturamento no Brasil em 1998.

As informações provieram de fonte qualificada, pois resultam de pesquisa feita pela seção americana do Conselho Empresarial Brasil/EUA entre suas associadas multinacionais que têm operações no Brasil. Melhor ainda, a pesquisa foi feita no final do mês de dezembro, portanto depois que se desencadeou a cri-

se na Ásia e depois da edição do "pacote" de medidas defensivas adotadas pelo governo brasileiro.

A propósito do "pacote", aliás, o diretor-executivo do Conselho, Mark Smith, declarou à nossa correspondente que, na resposta à pergunta sobre como as medidas haviam afetado a confiança na habilidade do Brasil de lidar com futuros desafios, 55% dos entrevistados disseram que estão "levemente mais confiantes", outros 25% declararam-se com a mesma confiança de antes, 10% apenas disseram que estão menos confiantes e 10% mostraram-se "significativamente mais confiantes".

**Empresas  
americanas  
vêm com mais  
otimismo o  
Brasil do  
ano de 1998**

Ora, não há dúvida de que o balanço das opiniões pode ser considerado favorável e positivo, melhor ainda do que provavelmente se obterá numa pesquisa idêntica entre empresas estritamente nacionais. Isso confirma o que muitos empresários brasileiros percebem quando viajam para o exterior: que a visão que se tem da economia brasileira, de fora para dentro, é freqüentemente mais otimista e serena do que aquela que se costuma alimentar aqui dentro.

O mais importante, porém, é que os resultados dessa pesquisa e os prognósticos apurados autorizam o desencadeamento de uma ação prática e objetiva por parte do Conselho é da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que, juntos, estarão providen-

ciando uma outra pesquisa, interna, para identificar com precisão as dez maiores barreiras tarifárias e não-tarifárias que inibem as operações de empresas americanas e brasileiras nos mercados dos dois países. Uma das barreiras não-tarifárias mais problemáticas é a ausência de mútuo reconhecimento de normas e padrões técnicos entre os dois países, que, no entanto, poderia ser removida com um pouco de diligência e empenho dos dois governos, por meio de convênios e critérios objetivos de comparações.

"Não dá para atacar todas as barreiras ao mesmo tempo", diz Mark Smith, "por isso queremos ações de curto prazo em relação aos produtos e serviços mais prejudicados."

Uma vez identificados os casos mais prementes e suas causas, deverá ser feito um esforço conjunto dos dois lados, isto é, junto aos dois governos, para redução ou eliminação dos problemas. E desde já dois temas estão sendo considerados: o do confronto comercial, como no caso das altas barreiras contra o suco de laranja brasileiro ou dos processos antidumping nas vendas de aço, e os embaraços do dia-a-dia, como exigência de vistos de trabalho para empresários da área de serviços, complicadores da vida de empresas que precisam, com freqüência, enviar funcionários seus de um país para outro.

Não temos dúvida em dizer que esses trabalhos do Conselho, e os esforços de maior aproximação e redução de obstáculos, podem e devem ser acompanhados e apoiados por autoridades dos dois países. ■